



## MOVIMENTO SOCIAL QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO

Maria Jorge dos Santos Leite (UFC)

### Introdução

É longo e cheio de divergências o debate sobre os movimentos sociais encontrado na literatura nacional e internacional, e complexas são suas aparições nas últimas décadas (Feltran, 2005). Autores como Manuel Castells, Claus Offe, Ilse Scherer-Warren, Alain Touraine, Alberto Mellucci, Glória Gohn e outros tematizaram e sistematizaram sobre as teorias e os projetos de mudança dos movimentos sociais, dentro ou para além da sociedade atual. Não é pretensão deste trabalho fazer uma ampla revisão desse debate teórico analisando a visão de todos esses autores. Aqui o objetivo pretendido é, com o apoio teórico de alguns desses e de outros autores, analisar o movimento negro quilombola no contexto dos movimentos sociais, a partir de pesquisa de campo realizada na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro-PE.

Este trabalho é parte da pesquisa que venho desenvolvendo desde agosto de 2008 na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, sertão de Pernambuco, para elaboração de minha tese de doutorado – provisoriamente intitulada: *Conceição Das Crioulas: movimento social e organização política em defesa dos direitos quilombolas*, no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará /UFC.

### Conceição das crioulas

Em meio a caatinga, no Sertão Central do Estado de Pernambuco, nordeste do Brasil, está situada Conceição das Crioulas, uma das cerca de 2.000 comunidades quilombolas do país. Constituindo, desde 1940, o segundo distrito do Município de Salgueiro, região de semi-árido, castigada pela seca, localiza-se a aproximadamente 550 km da capital,



Recife. A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas ocupa uma área total de 40%, do município de Salgueiro, ou seja, 600 km<sup>2</sup>, habitada por aproximadamente 4.000 pessoas. Limita-se ao Norte com o distrito-sede municipal; ao Sul com os municípios de Floresta e Belém de São Francisco; ao Sudeste e a Oeste com Cabrobó e a Leste com Mirandiba. Conceição das Crioulas possui uma intensa rede de interações sociais. Além das relações estabelecidas internamente, entre a vila e os dezesseis sítios que compõem a comunidade, os quilombolas estão em contatos frequentes com a sociedade exterior, a exemplo da cidade de Salgueiro, e recebe visitas de pesquisadores de diversas partes do Brasil.

A agricultura, a criação de animais e o extrativismo vegetal são as principais atividades desenvolvidas em Conceição das Crioulas. Entretanto, nos últimos anos, o artesanato produzido através do *Centro de Produção Artesanal*, ligado à *Associação Quilombola de Conceição das Crioulas/AQCC*, vem se tornando uma das atividades econômicas mais rentáveis para os quilombolas. Todas essas atividades estão diretamente ligadas à terra, por isso o acesso a ela tem muita importância para a população de Conceição das Crioulas. É na luta pela terra, com um direito dos quilombolas, que surgem os conflitos entre estes e os não-quilombolas (proprietários, posseiros, grileiros, etc.) na disputa territorial.

### **Movimentos Sociais: teorias e percepção dos quilombolas**

Os Movimentos Sociais nascem de contextos sociais e históricos distintos. Por isso mesmo suas abordagens conceituais são complexas e variadas. A abordagem de Touraine estrutura-se a partir do que se convencionou denominar paradigma acionalista. Em suas abordagens, esse autor elaborou uma teoria das condutas e comportamentos sociais a partir da análise dos movimentos sociais; posteriormente passou a estudar nesses movimentos o sistema de mudanças sociais (Gohn, 1997). A premissa aí implícita enfatiza o comportamento social, a conduta de indivíduos e grupos em termos de interação ou conflito.

Alberto Melucci, ao contrário de Touraine, que enfatiza sistemas macrossociais, tem uma produção centrada no plano mais micro, na ação coletiva de indivíduos, tendo um



enfoque mais psicossocial. Atribui-se a ele o crédito de ser um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva (Gohn,1997). Refere-se aos Movimentos Sociais como “um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe parte importante de suas energias para manter unidas as diferenças” (Melucci,2001:29). Para o autor um movimento é a mobilização de um ator coletivo que luta contra um adversário pelo acesso e controle de recursos significativos para os dois.

Entre os quilombolas de Conceição das Crioulas parece não haver consenso na classificação de suas “ações coletivas” como movimento social: “para começar eu acho que não é um movimento, é o nosso jeito de agir, nossa cultura, os movimentos são passageiros e a questão quilombola é diferente é a história de um povo. Tem um diferencial do movimento social; é a maneira de ser das pessoas” (Antonio Mendes).

O pensamento de Mendes é complementado pelo de Andreilino, que fala o que pensa ser um Movimento Social: “os Movimentos Sociais tem vários segmentos, e nós temos uma reivindicação específica, a luta por direitos que sabemos que é o nosso direito à terra que foi aprovado na Constituição de 88. Num movimento pode haver infiltração, qualquer um pode entrar. Aqui não, qualquer um não pode chegar e dizer eu sou negro e participar” (Andreilino Mendes).

Enquanto quilombolas como os citados, pensam que sua organização não pode ser conceituada como Movimento Social, há quem, dentro do próprio grupo, pense diferente dos “companheiros” ao afirmar que: “Movimento Social quer dizer mobilização da sociedade, então somos um movimento sim!” (Adalmir José).

Apesar das divergências de opinião entre os quilombolas, sobre o que venha ser um Movimento Social, pelo que observo suas ações vão de encontro ao pensamento de Melucci que considera o Movimento Social como “uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável. Ela designa formas de ações coletivas que invocam solidariedade, manifestam um conflito e vinculam uma ruptura (ou quebra) nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar”(Apud, Gohn, 1997:155).





Em outro momento da fala de Andreilino ele deixa bem clara a relação entre suas experiências pessoais e profissionais e sua inserção no movimento quilombola de Conceição das Crioulas:

(...) Em 89 eu cheguei de São Paulo, com muita experiência que adquiri no movimento sindical, das greves, foi lá que conheci o presidente Lula. Aí eu mergulhei na luta aqui [...]. Então a gente se encontrava, fazia reuniões na escola, na Igreja. Mas o governo municipal proibiu as reuniões na escola e o padre Manoel Garcia proibiu as reuniões na Igreja. Pensamos então num salão para fazer reuniões. Passamos a contar com a colaboração dos sítios, eles ajudavam tanto no trabalho braçal como pesavam com a gente na solução dos problemas. Aí a consciência foi aumentando, em 95 brigamos pela Escola José Mendes, pois a prefeita tinha um compromisso com Givânia<sup>1</sup>, se fosse eleita construía a escola. A escola veio então fomos estudar porque a gente só tinha o primário. Aí veio Inaudete, que era do movimento Trindade Solano, fazer reunião com a gente. Ela era negra e agente ria dela, a gente não se reconhecia nela, mas ela deu a contribuição dela que serviu pra despertar nossa consciência. Em 20 de novembro de 95, dia da consciência negra, fomos para Brasília, Givânia e eu. Conseguimos passagem de avião com o deputado Gonzaga Patriota somente para uma pessoa, resolvemos ir os dois de ônibus. O dinheiro só deu para a passagem de ida, na volta viemos de carona com o pessoal da Bahia que trouxe a gente até Salvador e de lá pra cá ainda deram uma ajuda pra gente chegar aqui. (Andreilino Mendes).

Essa narrativa de Andreilino, para explicar como se deu sua inserção na organização quilombola em Conceição das Crioulas, explicita mais uma característica atribuída por Melucci aos Movimentos Sociais, ao afirmar que estes “são vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e política” (Apud, Gohn, 1997:160).

Os quilombolas de Conceição das Crioulas apontam a importância que têm algumas lideranças, como Givânia, que “apesar de estar em Brasília, continua sendo nossa maior liderança, nossa articuladora, ela dá visibilidade à questão quilombola e é uma pessoa

---

<sup>1</sup> Givânia Maria da Silva, liderança de Conceição das Crioulas, já ocupou o cargo de subsecretária da Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SUBCOM/SEPPPIR), foi vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no município de Salgueiro/PE por dois mandatos consecutivos: 2001/2004 e 2005/2008. Tendo se afastado do segundo mandato para assumir o cargo na referida secretaria. Atualmente é coordenadora nacional de Regularização das Terras Quilombolas do INCRA



que a gente pode confiar, que a gente sabe que não se vende” (Antônio Mendes). O “não se vende” aqui tem o sentido de não trair a luta, não trair o movimento. A esse respeito que Melucci afirma que “as lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar informações, assim como para articular o movimento em suas articulações e redes”. Embora, como revela o depoimento a seguir, nem sempre é possível para lideranças manter a coesão do grupo. “Nossa maior dificuldade é a dificuldade de estratégia, de conscientização, de pessoas que possam se doar sem interesses particulares. Aqui nem todos se identificam como quilombolas. Tem uns que dizem, sou negro mas não sou quilombola não. São pessoas que tem medo de abraçar a luta (...) por isso nossa maior dificuldade é de estratégia de conscientização, fazer com que as pessoas possam se doar, que se desapeguem dos interesses particulares” (Antonio Mendes).

“A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (Melucci, 2001:22). As narrativas do quilombola Antônio Mendes revelam pontos que vão de encontro ao pensamento do autor. Identificar-se coletivamente como pertencente à etnia negra não leva necessariamente a uma identificação com o movimento quilombola, o que não significa dizer que, num processo de diálogo e negociação, essas mesmas pessoas negras que hoje negam a condição de quilombola não venha assumir coletivamente uma mesma identidade.

### **Movimento Negro Quilombola**

Movimentos Sociais expressivos envolvendo grupos negros percorrem toda a História do Brasil. Contudo, até a Abolição da Escravatura, em 1888, tais movimentos eram quase sempre clandestinos e de caráter radical, considerando que a libertação dos negros escravizados era seu principal objetivo. Como os escravos eram considerados propriedade privada, fugas e insurreições, além de causarem prejuízos econômicos, ameaçavam a ordem vigente e tornavam-se motivo de violenta repressão não somente por parte dos proprietários de escravos, mas do próprio Estado.



Não há dúvidas de que o antigo movimento quilombola (as fugas e formações de quilombos) consistia na negação à condição de escravos a que os negros foram submetidos. Assim, a abolição seria, a priori, uma vitória daquele movimento. Entretanto, passados os primeiros anos pós-abolição, sem nenhuma mudança visível na situação dos negros libertos, os movimentos sociais afrobrasileiros começaram a trilhar novos caminhos. A partir de meados dos anos 1910, numa tentativa de lutar pela cidadania recém-adquirida e evoluir para organizações de âmbito nacional, o movimento negro elaborou suas primeiras formas de mobilização.

Os espaços políticos do Movimento Negro restringiam-se, a princípio, basicamente aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com quase inexistência desses movimentos em outros estados. A partir dos anos 1930, eles tomam dimensões mais amplas até que, em 1937, com a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas, todos os partidos políticos – inclusive a Frente Negra Brasileira - foram declarados ilegais e dissolvidos. Desde então, e praticamente até a redemocratização, em 1945, os movimentos sociais negros tiveram de recuar para suas formas tradicionais de resistência cultural. A partir da década de 1950, esses movimentos sociais iniciam um lento ciclo de rearticulação cujo marco é a fundação, em São Paulo, em dezembro de 1954, da Associação Cultural do Negro (ACN).

Enquanto o governo Vargas (1930-1945) usava a repressão contra dissidentes políticos que dificultavam a unificação nacional os intelectuais brasileiros, baseados nas ideias de Gilberto Freyre, “começam a explorar e alimentar o mito do Brasil como um paraíso social, que mais tarde, se tornaria conhecido como democracia racial” (Davis, 2000:36). No final da década de 1930 “a forte ideologia do branqueamento desempenhou um papel importante na marginalização persistente dos pretos e mulatos – embora os brasileiros continuassem a celebrar a democracia racial” (Idem: 37).

Com a chegada dos anos 1960 veio a ditadura militar e com ela a desmobilização de todas as manifestações de caráter social e político. Ao mesmo tempo em que os militares transformaram o mito da "democracia racial" em discurso de sua propaganda oficial, qualificaram outros militantes que insistiam em levantar o tema da discriminação como





"impatrióticos", "racistas" e "imitadores baratos" dos ativistas estadunidenses que lutavam pelos direitos civis (Hanchard, 2000).

Apesar de todos os embates entre o Estado e o movimento negro, este nunca fora completamente aniquilado, ressurgindo sempre que o sistema vigente deixava espacar alguma brecha para isso. O contexto do ressurgimento do movimento negro pode ser compreendido a partir das análises de Ribeiro ao afirmar que:

No final dos anos 70, o movimento negro, que esteve desmobilizado desde a implantação do governo militar, o governo Médici, ressurge no Brasil e passa a se constituir uma nova fase do processo histórico das mobilizações negras. Apesar de ser o período mais repressivo do regime militar, nele começa a retomada dos negros contra o preconceito e a discriminação racial, principalmente influenciados por acontecimentos em nível nacional e internacional como a abertura política, os movimentos de libertação dos países africanos, a radicalização da luta pelos direitos civis no Estados Unidos e a libertação de Angola (Ribeiro, apud Gomes, 2008: 19).

No âmago do movimento negro em geral encontra-se o movimento social quilombola. Tais movimentos se diferenciam pelo fato de segundo colocar na sua agenda de reivindicações, além dos direitos gerais extensivos a todos os cidadãos, os direitos específicos das comunidades quilombolas como a posse das terras dos quilombos, respaldada no Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal de 1988, sendo esta a questão motriz do movimento quilombola e também uma das causas dos conflitos agrários estabelecidos no campo, nos últimos anos.

A partir do início da década de 1990, segundo Arruti, “uma jovem militância quilombola emerge em todo o país, herdeira da luta dos pais e avós – que muitas vezes a travaram dentro dos sindicatos, sob o rótulo genérico de posseiros ou trabalhadores rurais – mas realimentada por uma nova política atual, formada a partir da influência do discurso negro urbano” (apud Peres, s/d: 7). Surge, assim, o movimento nacional das comunidades negras rurais quilombolas, hoje um dos mais ativos agentes do movimento negro rural no Brasil.

O atual processo de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas no Brasil tem gerado grande número de conflitos agrários, o que exige dessas populações uma



articulação cada vez maior. Evidentemente que tais conflitos sempre existiram no país, em maior ou menor intensidade, mas, nos últimos, tempos têm adquirido outras dimensões, principalmente a partir dos direitos conquistados por grupos negros e índios desde a Constituição de 1988. Esses direitos não se consolidam na promulgação da lei, nem resolvem os problemas territoriais entre grupos étnicos distintos. Muitas das terras hoje demarcadas como terras dos quilombos são as mesmas que, durante muito anos estiveram ( ou estão) sob posse de fazendeiros brancos que as passaram para seus descendentes como direito de herança. Muitos desses herdeiros possuem escrituras das terras – legais ou não - e são eles que lutam contra os quilombolas e pela manutenção da posse da terra, ou lutam na Justiça para receberem da União uma indenização que julgam ter direito para então poder entregá-las às comunidades de quilombos.

Atualmente, o conflito que emerge do embate entre comunidades quilombolas e grandes proprietários rurais vem tomando cada vez maior projeção. No caso de Conceição das Crioulas, a luta entre quilombolas e fazendeiros brancos, na percepção dos quilombolas, remonta ao início do século XX quando um coronel de nome Pedro da Luz, chegou ali fazendo amizade com os negros e, apesar da resistência desses, se apossou do território, fatiou-o e vendeu para outros fazendeiros. Nesse período, mais precisamente em 1904, houve um conflito entre os dois grupos – negros e fazendeiros- que ficou conhecido como o “Movimento dos Revoltosos”; e entre 1940 e 1950 ocorreu outro conflito conhecido como “Guerra dos Urias”, ambos relacionados à disputa por terras.

Sobre a Guerra dos Urias, o quilombola Virgínio Vicente de Oliveira afirmou o seguinte:

A Guerra dos Urias, é que eles eram de Floresta, chegaram aqui através de Pedro da Luz, aí foi comprano esse terreno, tinha uns criatório qui dava prejuízo nos roçados dos ôtos, tal. Até qui Januário (negro) matou uma criação deles. Ele (o líder dos Urias), achou muito ruim, e veio diretamente pra matar Januário! Aí ele disse - sabe que vai morrer hoje Januário? - É se chegou a hora. Aí levantou o punhal pra largar no véio. Aí o irmão dele (Januário) chegou. Então começou tudo. Esses Uria foram arranjar gente lá pro Cabrobó, cangaceiros né? Aí, os ôtos (negros), também foro arranjar gente daqui de Conceição, da Serra Umã, de Santana e foro guerrear. Esse Pedro da Luz, fazia qui tava dum lado e tava do ôto! É tanto que esses Uria





saíram se arrastano daqui (...) o Zé Simão, era meu tio, nessa questão toda, ele deitado, aí qui os Uria chegaro assim na porteira de casa e dissero: 'cum esse aí ninguém bole, esse aí é um porco no chiqueiro. Vamos perseguir os ôto'.

Segundo os quilombolas, junto com os coronéis que tomaram suas terras, veio também a Igreja Católica que, enquanto pregava a paz e a resignação, participava, ela mesma, do processo de expropriação das terras dos negros. Aparecida Mendes afirma que, “foi o Padre Pires quem ajudou a grilar nossas terras”. Apesar dos conflitos citados acima, a quilombola acredita que seus antepassados aprenderam a não reclamar a posse de suas terras porque viviam sob constantes ameaças. Afirma ela que cresceu ouvindo sua avó alertar; “briga por terra tem cheiro de sangue, cuidado!”.

Para Givânia Maria da Silva, os conflitos territoriais de hoje, apesar de serem outros, apresentam os mesmos desafios dos conflitos que os negros quilombolas enfrentam no passado,

Os desafios de hoje são os desafios de ontem. Porque os de ontem? Porque esses foram o desafio da superação dos navios, da escravidão, do anonimato, do abandono, e etc. Os de hoje não são esses, mas tem a mesma finalidade que é anular qualquer possibilidade de que preto nesse País seja tratado como o restante da população. Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos. É uma luta árdua e, acima de tudo, é uma luta coletiva, pois só assim teremos força para lutar por um direito que nos é tão negado, que é o direito às nossas terras<sup>2</sup>.

Essa forma de pensar se manifesta nos discursos dos quilombolas de Conceição das Crioulas quase que de forma padronizada – uma espécie de discurso pré-elaborado - com que fundamentam a necessidade da luta pela terra e o acesso a outros direitos de cidadania.

Entretanto, eles deixam bem claro que essa luta pela terra é específica dos quilombolas e que não deve ser confundida com Movimento dos Sem Terra (MST): “A nossa

---

<sup>2</sup> Depoimento de Givânia Maria da Silva, principal liderança de Conceição das Crioulas, em 2008. In: **Manifesto pelos Direitos Quilombolas.** Disponível no site: <http://www.petitiononline.com/conaq123/petition.html>. Acessado em 07/05/2010.



luta não é igual ao do Movimento dos Sem Terra. A gente quer a terra, mas é essa terra aqui. E, aí, sem a terra a gente fica presa. Porque a principal atividade econômica aqui é a agricultura e a pecuária. Se eu não tenho a terra, onde vou trabalhar?" [Givânia Maria da Silva].

Destarte, a posse terra pelos quilombolas me parece fundamental para o acesso a outros direitos de cidadania como trabalho, dignidade e construção de identidade. Nesse sentido, outro aspecto bastante discutido entre eles diz respeito à discriminação e autodiscriminação. Assim, entendem os quilombolas que a autodiscriminação é resultado de um processo histórico de discriminação que fez com os negros acabassem acreditando que eram portadores de limitações, fragilidades e de capacidade inferiores às dos brancos. Por isso, durante muito tempo negaram, até para si próprios, a sua negritude e um passado marcado pela escravidão.

Durante muito tempo o povo de Conceição das Crioulas teve vontade de ser branco, ser bonito. Muita gente dessa comunidade já usou Keliza<sup>3</sup> [...] Eu mesma por muito tempo tive vontade de trabalhar na sombra, para ficar branca, para ficar bonita, pois era esse o padrão de beleza que passaram para a gente. Ai como não tinham outras opções a gente ia trabalhar nas cozinhas lá em Salgueiro, sofrendo discriminação. A discriminação contra o povo negro foi tão forte que eu aprendi com minha avó que quando a gente vai a uma viagem e encontra um animal preto, pode voltar que alguma coisa ruim está para acontecer. E isso foi alguém que passou para minha avó e fez ela acreditar nisso. [Aparecida Mendes].

É consenso entre os quilombolas que já existiu, e continua existindo, por parte dos negros, uma autodiscriminação. Aparecida é a pessoa que mais chama a atenção para esse fato, entretanto, combate arduamente esse discurso quando vindo dos não-negros:

Se a gente aceitar essa história de que o negro se discrimina a gente corre o risco é de nos culpar por nossa situação. [...]Durante muito tempo nos chamaram de negros safados e a gente não gostava. Hoje isso pra mim é politicamente importante, para que eu possa aceitar a minha negritude. Se a gente não começar com esse processo de autoaceitação não são os outros que vão nos aceitar. Hoje eu me acho bonita do jeito que eu sou. A gente precisa também aceitar os outros, os semelhantes, pois se você não gostar de seu semelhante não gosta de si mesmo. [Aparecida Mendes].

---

<sup>3</sup> Produto utilizado para deixar os cabelos lisos.



O pensamento de Aparecida é reiterado, por Maria Diva, professora quilombola de Conceição das Crioulas:

Se a gente não tiver essa consciência do ser negro, a gente vai admitir as formas pejorativas que dizem com a gente. A gente vai achar que isso é normal, que negro é filho do cão, que o cão é preto, a coisa está preta! Que só é dito quando está ruim. Será que tudo que é preto é ruim? Será que não tem coisas brancas ruins? Se a gente não tiver essa consciência, a gente não vai se auto-valorizar. Sou negro? Sou. Sou capaz? Sou. Sou competente? Sou. Então se a gente não tiver essa consciência, a gente vai sempre acreditar que o outro é mais capaz (...). Mas a gente só vai ter essa consciência se a gente conhecer. E o conhecimento está aí. Então a gente abre, também, uma discussão, para a questão do ser negro não é só uma questão de cor da pele, mas na descendência. Porque, aqui no Brasil e, principalmente na nossa região, é complicado encontrar alguém que não seja afrodescendente. Aí a gente procura assumir isso melhor, pra poder a gente se aceitar, porque se a gente não se aceitar...

Destacar a histórica discriminação dos negros como um elemento responsável por suas atitudes de negação da negritude parece ter se tornado um fator importante na construção da identidade do povo negro quilombola. Ao mesmo tempo em que o fazem estão se eximindo de qualquer culpa por essa negação. “Eu não consigo aceitar as pessoas que não se aceitam como culpadas. Pois há todo um sistema que contribui para isso, quem já vi apresentadora de programa infantil negra? “[Antônio Mendes]. “Se você manda uma criança negra fazer o seu próprio desenho ela desenha uma cabeça com fios de cabelos lisos, isso porque ela sempre soube que seu cabelo era ruim. Ai eu pergunto: ruim por quê?” [Aparecida Mendes].

Com esses questionamentos fica estabelecida a “guerra” contra as formas discriminatórias das quais os negros foram e continuam sendo vítimas. Para eles, o processo de discriminação étnico-racial sempre caminhou junto a negação do acesso à terra e a desvalorização da cultura negra, como afirma Aparecida Mendes: “o processo de discriminação, o processo de se tomar foi tão forte, porque além de tomarem nossas terras, quiseram tomar o nosso jeito de ser (...). O resgate da cultura só se deu de uns tempo para cá”.

Ao colocar a posse da terra, o acesso à educação em todos os níveis, as questões anti-discriminatórias, a construção da identidade e outros pontos como eixo de sua luta, os





quilombolas de Conceição das Crioulas, acabam dando ao movimento uma superdimensão , fazendo com que um determinado aspecto não possa ser compreendido isolado dos demais.

### **Negritude e educação: Lei 10.639/03**

Com as histórias e vivências de seus ascendentes os negros afrobrasileiros fundaram o Movimento Negro. Esse movimento, apesar de já existir há muito tempo vem, nos últimos anos, retomando sua expressividade no cenário político contemporâneo. Dois processos políticos estão sendo destacados pelos ativistas do movimento como marcos de sua história recente: a preparação para a participação brasileira na Conferência de Durban, realizada na África do Sul, em 2001, e o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), o Estatuto da Igualdade Racial. No entanto, o Movimento Negro, porta-voz dos descendentes dos povos africanos no Brasil, tem lutas históricas como as ações de resposta ao racismo, de valorização de uma identidade, de retratação pelos danos causados pela escravidão e a garantia de direitos garantidos por lei.

A Frente Negra Brasileira (FNB), movimento negro surgido na Era Vargas, estendeu seus esforços além de seus próprios membros criando salas de aula de alfabetização para trabalhadores negros não-alfabetizados em várias localidades. Enquanto o Movimento Negro Unificado (MNU), surgido em São Paulo em 1978, com ações políticas anti-racistas, nas décadas de 1980 e 1990, trouxe conquistas importantes para os negros em espaços públicos e privados e a intensificação do debate sobre discriminação, preconceito, direitos das mulheres, saúde, liberdade religiosa. Insere-se também nessas experiências o debate político encabeçado pelas comunidades negras quilombolas, onde a educação sempre foi tratada como um instrumento de grande valia para a promoção das demandas e o combate às desigualdades sociais e raciais.

As conquistas educacionais no Brasil fazem parte de um processo historicamente relacionado à capacidade de luta e de organização da sociedade. Diante da diversidade de problemas e das questões que se apresentam como desafios para a construção de uma sociedade com mais equidade, e diante da negação de direitos e oportunidades para parcelas



significativas da população brasileira (particularmente para os negros), organizaram-se e continuam organizando-se vários movimentos sociais.

A escola tem um papel fundamental para aqueles que habitam as comunidades quilombolas contemporâneas, mas eles desejam uma escola que se identifique com a comunidade, onde suas diferenças sejam respeitadas. A grande diferença existente entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da interação entre os habitantes, desenvolve-se de forma natural e não formal e, no segundo, o saber nem sempre está referenciado na experiência do aluno. Nas comunidades quilombolas que dispõem de seu próprio espaço, o contato com a terra, com o meio ambiente, sugere a idéia de que homens, mulheres e meio ambiente formam tanto diferenciações, como extensões complementares. Esta relação de interdependência, de reciprocidade, de diálogo, é a perspectiva que se pode denominar “interdisciplinar”, exigindo da educação quilombola um fazer pedagógico que possa abarcar toda essa totalidade. Por isso, o conhecimento a ser produzido só terá sentido, se os sujeitos neles envolvidos se encontrarem como complementarides. Isso porque:

o ensinar em comunidades negras rurais tem como premissa entender o lugar como componente pedagógico, onde o conteúdo não está nos livros que trazem, por vezes, o registro da história dos quilombolas em versões mal contadas, imprimindo no papel uma ordem de palavras que se tornam visível apenas através da tinta. A história dos quilombolas tem de estar impressa – visível- não- apenas nos livros, mas em todos os lugares da escola, de forma a marcar o coração de quem está a se educar com ternura compromisso e, desta vez, não mais com as marcas da dor (NUNES, 2006:147).

Educar para as relações étnico-raciais é uma necessidade que vem, há algum tempo, sendo ecoada nas vozes dos militantes dos movimentos contestatórios da sociedade, de forma peculiar no movimento negro, originado a partir de agrupamento de pessoas que já se aproximavam desde a travessia do Atlântico, no século XVI, e que centenas de anos depois continuam unidos na luta pela garantia de seus direitos, entre eles, uma educação formal de qualidade. No percurso trilhado pelo movimento negro a educação sempre foi tratada como



indispensável para a promoção das demandas do povo negro e para o combate das desigualdades sociais e raciais (Cavalleiro, 2006).

Diante da publicação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura afrobrasileiras nas escolas, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/003/2004 que busca oferecer respostas, entre outras, na área da educação, às demandas da população afrodescendente, com política afirmativa e de reconhecimento e valorização de sua história, sua cultura e sua identidade. Trata-se de uma política curricular que busca combater o racismo e a discriminação que afetam particularmente os(as) negros(as).

Tais políticas têm como meta garantir o direito dos negros a se reconhecerem na cultura nacional, manifestarem suas expressões e pensamentos com autonomia. Também assegura o direito dos negros, assim como de todos os cidadãos brasileiros, ao acesso a todos os níveis de ensino, em escolas bem estruturadas e com professores devidamente qualificados em suas áreas de atuação, preparados para lidar com as tensões produzidas pelo racismo e discriminação e com capacidade para conduzir a reeducação entre diferentes grupos étnico-raciais.

Foram as campanhas empreendidas pelo Movimento Negro em defesa da educação que levaram o Estado brasileiro a intensificar as políticas educacionais voltadas para a população afrobrasileira e a promover políticas e programas de ações afirmativas com objetivo de valorizar a história e a cultura do povo negro através da educação.

Para Nunes (2006), falar sobre as comunidades quilombolas consiste num assunto inesgotável uma vez que delas emerge a possibilidade de se recriá-las cotidianamente para poder forjar sua sobrevivência. É um eterno ir e vir, de diferentes espaços e tempos. Contudo, é esse movimento que sustenta a importância da Lei nº 10.639/2003. Nos municípios possuidores de comunidades quilombolas e em escolas quilombolas a interpretação da Lei não pode ir de encontro a um passado estático e a um ensino de uma “cultura geral”. Se a interpretação da Lei estiver, pois, voltada para esta forma de pensar, as intervenções serão limitadas em um cenário ilusório, de uma suposta democracia racial, que mantém o povo





negro em situações econômicas e sociais de desvantagem em relação à população branca. “A educação só vai mudar quando quem faz educação começar a escrever sobre educação. Uma das dificuldades era o livro didático. Transversalidade: disseram que essa palavra ia dar conta de tudo. Agora nós queremos produzir também nosso material didático” [Nina, professora quilombola].

Com essas palavras a professora de Conceição das Crioulas revela a importância dos conhecimentos sobre educação serem produzidos pelos próprios trabalhadores em educação – os professores - e coloca o livro didático como um entrave a uma educação diferenciada.

Nesse sentido, chamo a atenção para a seguinte questão: o que mais dificulta e incomoda, principalmente quando se pensa no ensino da História da África, dentro da perspectiva proposta pela Lei 10.639/2003 é a forma como a África ainda é tratada nos livros didáticos. Neles a África aparece apenas como um apêndice sem significado para a construção da História. A maioria dos livros didáticos não reserva para este continente o espaço merecido que ele deveria ter na formação da história do Brasil. Além disso, ao tratar da Expansão Marítima Européia, “a história da África aparece apenas como uma sucessão de pontos geográficos a serem ultrapassados” e os negros africanos entram em cena tão somente para caracterizar a construção da sociedade colonial, basicamente como força de trabalho. Além disso, a escravidão é tratada com naturalidade, por ela, de alguma forma, já existir na África antes do tráfico de negros para o novo mundo.

A historiadora Hebe Maria Mattos aponta ainda a negligência com a qual é tratada a História da África na universidade e como isto afeta o ensino. Além disso, os conteúdos fundamentais propostos pelos PCNs ainda são bastante acanhados como área de discussão e de pesquisa nas universidades, impondo-se como limite para se chegar a uma abordagem que possa romper com a predominância do eurocentrismo que ainda existe no ensino de História. E, quando se pretende modificar essa situação, encontra-se dificuldades como: a pouca preparação ou falta de formação adequada para enfrentar o problema e a escassez de bibliografia de qualidade que possa ensinar eficientemente a história da África.



Diante da histórica posição desprivilegiada dos negros no processo educacional a sanção da Lei nº 1.0639/2003 abre caminho para que o Estado brasileiro possa adotar medidas compensatórias para sanar os danos causados pelo racismo e as formas de discriminação. Em face da publicação da referida Lei, o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF aprovou a Resolução nº 1, de 17 de julho de 2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas que deverão ser ministradas nos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo a estes a responsabilidade pela formação de seus(as) professores(as) para o cumprimento das Diretrizes.

De acordo com a professora Márcia Jucilene, quilombola de Conceição das Crioulas, “a Lei 10.639/2003 foi uma luta do povo negro, mas ela possui brechas que precisam ser preenchidas”. Entende ela que o maior problema está na formação e no interesse dos professores, pois os não-quilombolas não estão suficientemente preparados, nem interessados, em trabalhar as questões do povo negro. “Como alguém que não conhece a nossa história vai contá-la?” Interroga a professora. “Neste caso a lei atrapalha”. Afirma.

Compreendo que os quilombolas por mim pesquisados não só lutam pela educação como direito de cidadania e inclusão social mas, também, defendem uma educação que possa conferir-lhes uma identidade própria, ou seja, “uma educação diferenciada e específica para o povo de Conceição das Crioulas, que contemple nossa história, nosso modo de ser e viver” [Márcia Jucilene, diretora de escola].

Podemos trabalhar dentro da escola nossa história, dos ancestrais, de pessoas que fizeram e vêm fazendo a nossa história. Essas discussões fazem querer lutar por uma educação diferenciada e que mostre nossa cultura nos livros didáticos . que nos prepare para a vida na comunidade, a nos sair bem em qualquer situação [professora Jucilene].

Essas pretensões dos habitantes de Conceição das Crioulas encontra respaldo no pensamento de muitos pesquisadores da educação quilombola. Entre eles Maria da Glória Moura, ao afirmar que:



É obrigação da escola a transmissão da história dos quilombos contemporâneos e de sua situação atual. Difundir os saberes dessas populações entre todas as crianças brasileiras é pertinente como um meio de compreensão e afirmação de nossa identidade multiétnica e pluricultural, na qual se deve basear a defesa consciente dos valores de cidadania. De forma mais abrangente, também para a sociedade brasileira como um todo é importante esse conhecimento.

A riqueza de suas vivências ancestrais, como o uso de ervas medicinais, no modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, nas linguagens gestuais, nas festas, no jeito de se divertir e de morrer, cantar, dançar e rezar, constitui o contexto em que se tecem as teias de significados que recriam incessantemente sua cultura e identidade. Nas práticas dos moradores das comunidades, há um forte apelo ao reconhecimento dessa identidade como parte do mosaico através do qual se constrói a identidade nacional (Moura, 2005: 23)<sup>4</sup>.

Para Nunes (2006), a proposta para uma educação quilombola necessita de uma análise sobre qual educação se está falando e, para isso, faz-se necessário uma reflexão sobre o lugar onde o conhecimento vai ser fecundado, sobre quais conceitos sustentam uma proposta pedagógica das relações raciais, até que ponto as propostas didáticos-pedagógicas emancipatórias são possíveis e quais as estruturas necessárias para que esse processo se desenvolva, por fim, um plano de ação que contemple a concepção de educação, coletivamente construída.

Construir uma proposta é um exercício de práxis, um fazer cuja essência e aparência não se desvinculam do ato de criar condições necessárias para que os educadores (as) na relação entre si e com o espaço onde se efetiva a prática pedagógica construam um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos. A síntese dessas duas formas de saber é a formação de sujeitos que não se desenraizaram da sua cultura, da sua história, mas que, ao mesmo tempo, forjarão as condições necessárias para um diálogo consigo mesmo e com o mundo que lhes é exterior (Nunes, 2005: 142).

Para os negros, especialmente para os que habitam nas comunidades de quilombos, a relação entre educar e formar são ancestrais, não se processa unicamente na escola, para eles a ancestralidade é tudo que antecede sua vida, por isso ela é formadora. “Existe um passado e um presente de populações negras que vêm se educando secularmente

---

<sup>4</sup> MOURA, Maria da Glória. Quilombos contemporâneos e educação. In: Diálogo- Revista do ensino religioso n° 30- Maio/ 2005





através de uma resistência que não é passiva, que apenas reage às diversidades, mas que é, igualmente, provocadora de reações” (idem).

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas, esta reação se manifesta também através da rejeição a uma educação uniformizada e na busca pela diferenciação através de currículo com conteúdos que façam parte de sua história. “Quanto à educação, muitos falam que tem que ter qualidade. Para nós, para ter qualidade, é preciso que os conteúdos façam parte da nossa história. A gente tem dialogado entre nós e pesquisado sobre os acontecimentos do passado, nossa organização política, nossa geografia, nossas mulheres... Tudo aquilo que a gente quer que vá para o currículo” [Maria Diva, professora quilombola].

A ancestralidade dos quilombolas, e dos negros em geral, é marcada por um passado que antecede ou é concomitante aos antigos quilombos. Nele se encontra uma história de colonização, de escravidão, não obstante um contexto de perversidade. Se havia escravização, havia resistência, havia reação, de ambos os lados- escravos e escravizadores- os capitães-do-mato não surgiram da imobilidade, foram reações vindas do campo da opressão. Destarte, da ancestral história da resistência acionamos também o campo da emancipação que, persistentemente, as comunidades negras continuam a buscar. Esta é a grande reação a ser despertada no campo da educação: “produzir uma formação humana na qual não caibam estereótipos, discriminação e preconceitos que elegem e determinam os que estão “dentro” e os que estão “fora”. Nesse campo, o desafio da educação é contribuir para emancipar, radicalmente, as pessoas de reflexões que retardam uma convivência humana mais respeitosa e, por isso, mais plena” (Nunes, 2006: 142/143).

Para Delma Josefa da Silva, da organização não governamental Centro de Cultura Luiz Freire, entidade parceira da comunidade de Conceição das Crioulas, “O primeiro grande desafio é a construção de escolas – em muitas comunidades elas sequer existem e em outras oferecem apenas até a quarta série, sendo que a oferta de transporte escolar para as cidades também é restrita”. Em Conceição das Crioulas quase a totalidade da população em idade escolar e algumas pessoas fora da faixa etária têm acesso à escola, um fato que é bastante valorizado pelas lideranças locais:



A ausência de formação escolar atingia toda a comunidade. Assim, quando a escola foi inaugurada, as pessoas mais novas passaram a frequentar e as mais velhas também. Houve um cruzamento de gerações e de informações. Ao mesmo tempo em que as pessoas mais velhas eram alunas, estavam ali também para ensinar histórias da comunidade que nem os demais alunos e nem os professores, a maioria de fora, conheciam. Os professores tiveram um pouco de resistência a essas novidades, mas hoje a realidade mudou muito. A maioria deles é da própria comunidade, são aqueles meninos que começaram a 5ª série, em 1995, e hoje estão formados. Para facilitar a integração, trabalhamos sempre a noção de que a escola não é do município, é da e para a população local. Todos buscam ser bons, trabalhar bem, pois estão trabalhando para os irmãos, primos e futuros filhos [ Givânia ].

Para as comunidades quilombolas o tempo de docência é o tempo de criação (Nunes, 2006), de maneiras de conduzir a prática pedagógica que vá ao encontro dos ideais anunciados pelos próprios quilombolas:

[...] eu acho que ao ponto de uma escola ideal para uma comunidade quilombola é aquela que, lógico, quer resgatar o passado, pensando na tecnologia do futuro. No instante em que você não se deixa a sua história [se] perder mas, já dizendo assim [de] que forma a gente podia pensar num mercado de trabalho, ou senão, ali mesmo um projeto da realidade da cultura e dessa cultura ser explorada a autosustentabilidade do quilombo, sem ele perder o resgate da história. Ela ali voltada pra esse tipo assim, ela resgata vários pontos da história que não se pode se deixar perder, que nem o óleo da mamona que pra nós ali era a sobrevivência dos quilombolas. Ali, se industrializando do óleo da mamona, se resgatava a história, ao ponto que, a tecnologia como anda avançando agora, a gente não tem uma idéia formada, mas se entrasse na realidade deles, de cada comunidade seria bem fácil de alguém decifrar e fazer um trabalho em conjunto. Mas o essencial, uma escola que resgatasse a cultura dos negros, não só dentro dos quilombos, mas até fora, tiraria muitas pessoas da rua porque se você fizer uma análise da faixa mais pobre do mundo ela tem cor, ela é negra. (Juraciara, quilombo de Manoel Barbosa, Gravataí, março de 2005, Apud Nunes, 2006:157).

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas o acesso à educação significa muito mais que um direito de cidadania. É através da educação, em todas suas formas, que pretendem construir uma consciência política crítica e, assim, não mais permitirem a existência de formas de manipulação exercidas sobre eles pelas elites políticas da região, durante longos anos.



Para Souza (2006), é comum se ouvir falar da forma como os políticos de Salgueiro se vangloriavam por conseguirem facilmente aliciar os votos do povo de Conceição das Crioulas que se reduzia a “balançar a cuia com milho e todos vinham correndo para votar. Ou ainda que todos eram comprados por um pedaço de chita ou uma barra de sabão”. Entendem os quilombolas que essa desvalorização por eles sofrida, durante anos, deveu-se ao fato de serem eles desprovidos de capacidade de agir criticamente, terem uma posição política firme e, por isso, eram facilmente manipuláveis. É aqui que entra a importância da escola.

Em 1995, surge na comunidade a Escola Professor José Mendes, com turmas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, um sonho buscado durante vários anos. Começa então um trabalho de resgate da história local que propiciou aos alunos e alunas um maior conhecimento de sua identidade e o encontro de respostas para uma série de perguntas: Qual a nossa origem? Quem somos? O que queremos? Começávamos assim, a entender que depois de sofrer tudo que havíamos sofrido, estar ali contando nossa história era sinônimo de muito orgulho e resistência.

O processo de auto-afirmação do povo de Conceição enquanto negros e negras que se assumem e se valorizam tem início. Com os conhecimentos adquiridos através do resgate da história local e o desenvolvimento de vários projetos pedagógicos, o povo começa a compreender que sua história tem um significado para a aceitação e valorização da auto-estima. Hoje, grande parte de nosso povo já se afirma enquanto negros e negras quilombolas, sem ter vergonha de se expor a preconceitos e estereótipos e se orgulham em pertencer a uma etnia de pessoas que se organizam e lutam em busca de seus ideais<sup>5</sup>.

Nesse sentido a escola é para os quilombolas o principal caminho para construção da cidadania e consciência política. Pois, ao tornarem-se conscientes de seus direitos, não mais permitirão serem submetidos a práticas e discursos pejorativos em razão de sua cor ou condição econômica.

### **Considerações finais**

Este trabalho tratou da inserção do movimento negro brasileiro, especialmente o quilombola, no contexto dos movimentos sociais. Nesse percurso podemos perceber a

---

<sup>5</sup> Jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 1, Ano 3- novembro de 2003. pág: 8





complexidade as ações desenvolvidas por esses sujeitos sociais coletivos e “observar o caráter educativo dos movimentos, seu papel na cena pública relativo ao tema inclusão social, a cultura política e suas manifestações na área da Educação - formal e não formal” (Gonh, 2010: 15).

Percebemos, outrossim, perceber que a organização do movimento social quilombola fundamentada-se numa realidade vivida por seus ancestrais. Uma realidade que hoje está presente nas histórias contadas e recontadas muitas vezes por militantes do Movimento Negro e por pessoas idosas nas comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil. São histórias de longas e exaustivas horas de trabalho, de submissão e humilhação, mas não de subserviência. Revelam, pois, que os negros nunca aceitaram com resignação a condição de escravos.

É com base num passado, tão presente na memória dos afrobrasileiros, que o Movimento Negro, de modo especial as comunidades quilombolas, encontra elementos para instrumentalizar e legitimar suas lutas na construção de uma outra história para os negros. E, nesse itinerário, elegem a educação como uma de suas prioridades considerando sua importância na formação política dos sujeitos dessa nova história.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. B. *História e Memória Negra em Conceição das Crioulas*. In: *Comunidades Remanescentes de Quilombo no Interior de Pernambuco*. Recife/UFPE, 1997.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Direito Étnico a Terra. In: *Boletim Orçamento & Política Socioambiental*. Ano IV, nº 13, junho de 2005.

\_\_\_\_\_. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas “Babaçuais Livres” “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, et al. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2002. Editora da UNESP, 1998.



BRASIL, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/03

\_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP1/2004, de 10 de março de 2004.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Direito e reconhecimento na questão quilombola: um espaço em disputa*. Disponível no site:

[http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/1\\_7\\_2009\\_0\\_37\\_3.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/1_7_2009_0_37_3.pdf)

CAVALLEIRO, Eliane. *Movimento Negro e Educação*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

DAGNINO E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DAVIS, Darien J. *Afro-brasileiros Hoje*. São Paulo: Summus, 2000.

FIABANI, A. *Mato, palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. São Paulo: Expresso Popular, 2005.

FIGUEREDO, André Luiz Videira de. *O "Caminho Quilombola": interpretação constitucional e reconhecimento de direitos étnicos*. Rio de Janeiro: ICAM/IUPERJ, 2008.

GOHN, Maria da Glória( org). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais, políticas públicas e educação*. IN: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes (orgs). *Organização e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2008.



\_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 7ª edição, 1997.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Araci Alves (Orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. *Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos*. Cultura Vozes, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995.

HANCHARD, Michael George. *'Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro, 2000.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. *CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no sertão de Pernambuco*. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2001(mimeo).

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Matos, Regiane Augusto. *História e Cultura Afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MAUPEOU, E. C. *Cativeiro e Cotidiano num ambiente rural – O Sertão do Médio São Francisco (1840-1888)*. Dissertação de Mestrado CFCH-UFPE. Recife, PE, 2008.

MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa e ALBUQUERQUE, Mabel Ann Black de (organizadores). *Comunidades Remanescentes de Quilombo no Interior de Pernambuco*. Recife/UFPE, 1997.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente – movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. *Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra do Brasil – um ponto de vista em defesa das cotas*. In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Araci Alves (Orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

NUNES, Georgina Helena Lima. *Educação Quilombola*. In: MEC. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada – Alfabetização e Diversidade Brasília: SECAD, 2006.





O'DWYER, Eliane Cantarino (org). *Terra de quilombos*. ABA. Impressão DECANIA CFCH/UFRJ, 1995.

PERES, Ângela Domingos. *Movimento quilombola e capitalismo no Brasil*. Disponível no site: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/angeladomingos.pdf>. Acessado em 07/05/2010

REIS, João José e Gomes, Flávio dos Santos. *Liberdade Por um Fio – história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Santos, J.R. *Movimento negro e crise brasileiras*. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília, 1994.

SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. *AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as história escritas no feminino*- Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2007 ( mimeo).

SUNFELD, C. *Comunidades quilombolas: direito à terra*. Brasil: Fundação Cultural Palmares/ Minc/ Editora Abaré, 2002.

Touraine, Alain. *Le voix et li regard*. Paris, Seuil, 1978